

Leopoldina – MG, 12 de janeiro de 2010.



À  
CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM.  
Rua Espírito Santo, nº495 - Centro  
30.160.060 – BELO HORIZONTE-MG.

**POSTO MÁRIO MATOLA LTDA.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 23.209.372/0001-28, por sua sócia, no prazo que lhe foi assinalado, tempestivamente, comparece ante a nobre presença dos integrantes desta Câmara Normativa e Recursal, para expor e requerer o seguinte:

**FATOS:**

1. Em julho de 2003, preocupada com os possíveis riscos para a desejada preservação ambiental, a signatária, na condição de sócia do Posto Mário Matola, por sua livre e exclusiva iniciativa, mesmo ciente dos ônus e prejuízos decorrentes, que se arrastam até a presente data, e que não são de pequena monta, decidiu e logo providenciou a paralisação das atividades da empresa, haja vista que os tanques de combustíveis da Distribuidora Esso Brasileira de Petróleo Ltda., instalados no local há muitos anos, apresentaram vazamento que se evidenciou. Assim que percebeu o que acontecia, de imediato, deliberou pelo fechamento, sem considerar os prejuízos que iriam derivar da valorosa decisão.

1 *Maria*

2. Após efetivar a decisão narrada, reitera que por sua espontânea e livre iniciativa, passo seguinte rescindiu em 03 de julho de 2003 por instrumento de Distrato\*01 o Contrato de Fornecimento de Combustíveis, ficando estabelecido no item 5, por imposição da Distribuidora Esso Brasileira de Petróleo Ltda., o compromisso de contratar a empresa **Hastec Tecnologia e Planejamento Ambiental Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.279.285/0001-30 com o objetivo da mesma se incumbir de realizar **testes e remediação – plano de redução de impacto ambiental**, bem como emitir relatórios mensais devidamente acompanhados de ART \*2 . Em 27/08/2003 foi celebrado o **Contrato de Prestação de Serviços de Remediação Ambiental**\*3 , ficando o Posto Mario Matola obrigado a efetivar o pagamento de R\$ 114.546,00 (cento e quatorze mil, quinhentos e quarenta e seis reais) pelos serviços contratados. Parte das agruras financeiras da empresa se iniciaram após sua corajosa e meritória decisão ao custo aqui declarado.
3. Mais de dois anos passados dos acontecimentos descritos acima, em 02 de agosto de 2005, foi realizada a vistoria às instalações do Posto, pelo técnico da FEAM – Sr. Edvaldo Sabino da Silva, que firmou os relatórios de vistoria identificado pelo nº 010898/2005, constatando que o Posto encontrava-se desativado em fase final de **remediação**, “ ... **haja visto que por iniciativa dos proprietários o Posto foi paralisado em junho de 2003...**” \*4. Como anotado, o próprio técnico constatou as assertivas deste Recurso, valorando a atitude da empresa. Ainda deve ser destacado que o contrato que incumbiu a **Hastec Tecnologia e Planejamento Ambiental Ltda** de realizar a remediação celebrava na ocasião da visita do técnico citado dois anos de firmado;
4. O AI 003419/2006 foi lavrado em 05/05/2006, enquadrando o Posto no artº 19, § 3º - item 6 \*5, de se realçar que a fiscalização somente ocorreu após o comunicado oficial de paralisação das atividades da empresa ;

\*1 – Distrato firmado com a Distribuidora Esso;

\*2 – ART HASTEC c/ relatórios mensais;

\*3 – Contrato de prestação de serviços de remediação ambiental firmado;

\*4 – Relatório Técnico de vistoria;

\*5 – AI 003419/2006;



2 *Handwritten signature*

5. O Parecer Técnico nº 120417/2007 – datado de 15/03/2007 de responsabilidade da técnica Júlia Abrantes Felicíssimo, relata no item “4 – Discussão”, confirma que desde 03/08/2005 a FEAM recebeu as informações de todas medidas tomadas por iniciativa da empresa, comenta o Laudo de Vistoria já citado, alegando ainda que a comunicação do Posto à Feam, bem como a adoção de medidas no sentido de sanar os impactos ambientais causados no meio ambiente, são obrigações da empresa. Ao final concluiu que a defesa apresentada seria desprovida de quaisquer informações técnicas que pudessem descaracterizar a infração cometida, no entendimento por ela firmado. Depois sugeriu a aplicação das penalidades previstas em lei, ouvida a Assessoria Jurídica da SUPRAM-IM, como se constata no citado documento;
6. O Assessor Jurídico Dr. Danilo Vieira Júnior, no item “4 – Discussão”, seguiu o parecer da técnica, dizendo em síntese, que na defesa não foram apresentados fatos que “...tecnicamente, acrescentassem informações que pudessem descaracterizar a infração indicada”.

### O DIREITO

Preliminarmente deve ser destacado que, segundo a legislação em vigor, qualquer pretensão punitiva se encontra definitivamente prescrita, por inércia e/ou omissão da FEAM-MG, como se demonstra adiante:

1 – Segundo Ofício nº 1901/2009 NAI / DMFA / FEAM, datado de 3 de dezembro de 2009, referente a Julgamento de Auto de Infração,

***’...a Unidade Regional Colegiada (URC) COPAM Zona da Mata examinou o Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 788/2002/002/2006, dessa empresa localizada no município de Leopoldina – MG, e decidiu em 26 de março de 2007, aplicar a penalidade de multa no valor de R\$ 26.603,76 (vinte e seis mil, seiscentos e três reais e setenta e seis centavos) ao empreendimento com base***



no Auto de Infração nº 34/9/2006, por causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, as espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou patrimônio natural ou cultural". O documento é firmado por Angelina Maria Lanna de Moraes, da Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental.

- A empresa firmou distrato, por sua única iniciativa, em 3 de julho de 2003, quando encerrou suas atividades;
- Conforme ART protocolado junto a FEAM-MG, datado de 1 de dezembro de 2004, especificando a remediação realizada;
- O CERTIFICADO DE LIBERAÇÃO na FEAM-MG é datado de 24 de julho de 2003;
- Documento atestando a INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SANEAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO foi protocolado em 27 de janeiro de 2005.
- A FEAM – MG, por seu técnico enviado, em 1 de agosto de 2005, para vistoriar a remediação, relatou que **"... quando realizou a vistoria constatou que o Posto estava desativado e em fase de remediação..."**.
- Para espanto da signatária, no final do ano de 2009 recebeu o comunicado da multa, que teria sido estabelecida em março de 2007, ou seja somente foi comunicada do fato quando já eram transcorridos mais de dois anos da pretensa reunião do órgão que estabeleceu a punição indevida.

O CÓDIGO CIVIL brasileiro estabelece no parágrafo terceiro do art. 206, inciso V, que prescreve em três anos a pretensão de reparação civil, bem como para cobrar multa estabelecida.

Assim não mais pode prosseguir este procedimento, devendo, de início, ser declarada prescrita a pretensão punitiva da FEAM-MG, na forma da legislação pertinente. INDEVIDA a punição, por tudo que já foi exposto, ainda mais se encontra prescrita, na forma da legislação eventual pretensão, o que se requer seja declarado por esta Câmara Recursal, como de seu direito estabelecido.



*Angelina*

1 - A empresa, mesmo se tivesse cometido qualquer infração, faria jus à graduação do valor da multa, segundo o comando legal, faria jus ao atenuante previsto no artº 21, § 1º, inciso I, alínea a – do Dec. 39.424/1998 – parcialmente alterado pelo Decreto 43.127/2002 - “...**por ter limitado a degradação ambiental causada, quando da adoção de medidas emergenciais no momento do acidente**”.

2 - A multa sugerida alcança o estratosférico e exorbitante valor de R\$ 26.603,56 (vinte e seis mil seiscientos e três reais e cinquenta e seis centavos), classificada como infração gravíssima, porte médio de empreendimento, sendo que o mesmo documento destaca que a empresa não possuía antecedentes<sup>\*6</sup>;

### **CONSIDERAÇÕES E FUNDAMENTOS**

Diante do acima exposto, necessário se faz que esta egrégia Câmara Normativa e Recursal do COPAM, acolha este Recurso, para, na melhor forma de fazer Justiça, atender aos pedidos que são formulados em seu bojo:

- a) – Que seja determinado o cancelamento do Auto de Infração;
- b) – Que na hipótese de não ser acatado o presente Recurso, que seja revisto o exorbitante valor da multa estabelecida, atribuído pelo Assessor Jurídico que não levou em consideração o disposto na presente legislação, aplicando-se todas as atenuantes explicitadas;

### **Destacamos outros pontos não considerados na punição:**

- 1) – Reitera que paralisação do empreendimento, fato que ocasionou enormes prejuízos, dos quais ainda hoje sofre as conseqüências a signatária, de monta incalculável, desde junho de 2003, quando foi tomada a decisão de equacionar o problema detectado pela própria empresa sem fiscalização ou determinação de qualquer órgão do Meio Ambiente, menos ainda o que nos visitou dois anos passados;

\*6 – Documento Técnico e Jurídico do COPAM;



2) – Foram adotadas todas as providências cabíveis e possíveis, como se vê dos documentos acostados, já existentes no processo, destacando a rescisão através do Distrato firmado com a Esso\*1 , bem como por ter providenciado, de imediato, a remediação dos possíveis danos ao ambiente, para o que, sob muitos sacrifícios, contratou a empresa tecnicamente especializada – Hastec / Tecnologia e Planejamento Ambiental, inscrita no CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30, em agosto de 2003, portanto muito antes da vistoria realizada em 02/08/2005, pelo técnico Sr. Edvaldo Sabino da Silva. Citado técnico deste órgão, em seu relatório descreveu com profundidade a realidade do ocorrido, e ao nosso ver, com tal documento mais caberiam quaisquer desdobramentos punitivos, menos ainda na multa aplicada, haja vista que a empresa já foi penalizada em valor expressivo e encontra-se paralisada em suas atividades como Posto de Combustíveis até a presente data;

3) – Conforme se constata do termo de Distrato firmado a empresa adotou as providências necessárias para reparar o pequeno dano causado, em acorde aos dispositivos ambientais pertinentes:

***“... Em vista do exposto na Resolução CONAMA 273/2000, a ESSO compromete-se a contratar a empresa HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA. .... para realizar os testes necessários para atestar a perfeita qualidade do solo onde os tanques encontram-se instalados. A ESSO compromete-se a fornecer cópia deste laudo que será gerado para o Revendedor, no prazo máximo de 30 dias....”***

4) – A contratação da conceituada empresa Hastec – Tecnologia e Planejamento Ambiental, por si só, descaracteriza a afirmação da técnica e do Assessor Jurídico, pois desde 2003 e meados de 2004, o FEAM recebeu conforme consta nos autos relatórios mensais de saneamento do lençol freático, e expediu em 26/07/04 o certificado de liberação para a empresa Hastec elaborar o serviço técnico;



*Murphy*

- 5) – Todos os relatórios incluem o requerimento para “*instalação de sistema de saneamento de lençol freático*”. O CREA-MG pelo Dr. Eduardo Lucas Garcia, com o pagamento do ART e o Relatório de encerramento do caso\*7, emitidos com aquiescência e autorização da FEAM. A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, descreve os serviços realizados para **Implementar Instalação e Operação de Sistema de Remediação**, tendo sido emitido em 1/12/2004;
- 6) – A empresa gastou o valor de R\$ 114.546,00 (cento e quatorze mil, quinhentos e quarenta e seis reais) para a contratação da conceituada Haztec, tecnicamente aprovada para a prestação do serviço e todas as etapas técnicas foram cumpridas, sendo totalmente descabida a punição que se impõe, devendo ser reconsiderada a decisão e nova ser proferida para isentar o POSTO MÁRIO MATOLA de quaisquer outras punições pelos fatos em análise;
- 7) – Ademais na aplicação da multa não foram concedidos os benefícios e atenuantes previstos no citado artº 21 – Dec. 43.127/2002 – item I – letras a – b e d, que devem ser acatados, por ser de direito;
- 8) – Cabe ressaltar sobre a atenuante a, que não só ocorreu a reparação imediata do dano, detectado pela própria empresa, que providenciou o restabelecimento do meio ambiente restaurado, desprezando eventuais lucros a ser auferidos nos negócios, posto que assim que detectou o citado vazamento nos tanques, determinou de imediato a paralisação de suas atividades, como se comprova com o distrato firmado com a Distribuidora \*1 arcando com prejuízos atuais e futuros;
- 9) – A atenuante da letra b – foi amplamente satisfeita com a contratação da empresa Hastec, conceituada na área técnica, o que ao nosso ver descaracteriza de plano a multa, pois, a mesma foi aplicada pela razão de não ter informação técnica que pudesse descaracterizar a infração, no. entender dos pareceres dos técnicos que se manifestaram. Tais pareceres não consideraram a efetiva contribuição da conceituada empresa, e muito menos valoraram os relatórios enviados ao Feam/Copam desde 2004 até o encerramento do caso em janeiro de 2008 \*7.
- 10) A outra atenuante não aplicada, que ora pedimos um exame dessa Egrégia Câmara, é o item d, qual seja a fática situação econômica do infrator.



A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'J. M. M.', located at the bottom right of the page.

A empresa encontra-se paralisada e desativada desde 2003, quando do Distrato com a Distribuidora Esso Brasileira de Petróleo Ltda., fato este que por si só, justifica a não aplicação da malhada multa, que chega em um momento de extrema dificuldade financeira, como pode ser feita uma vistoria no empreendimento que após a tomada de decisão para remediação, até presente data não voltou a funcionar. Ainda para comprovar a situação financeira difícil que atravessa o Posto e seus sócios, junto dados resumidos dos processos em trâmite na Comarca de Leopoldina-MG. \*9

11) - O Promotor de Justiça, Dr. Sérgio Soares da Silveira, em 23 de junho de 2008, determinou o arquivamento do procedimento preliminar nº 37/2006, com o assunto - Posto de Combustível - degradação ambiental – Auto de Infração Feam – após as informações prestadas pela Empresa Posto Mário Matola Ltda, assim corroborando com o pedido aqui formulado, posto que analisando o mérito da questão reconheceu que a empresa não ocasionara danos, sem reparos, ao meio ambiente. \*8

12) – Ainda destaca que, somente após ser protocolado comunicado da HAZTEC, junto a FEAM, comunicando as providências adotadas, como se comprova.

Como consta do Certificado de Liberação, foi concluída a instalação do serviço de remediação em 26 de julho de 2004. Em 27 de maio de 2005 a HAZTEC protocolou junto à FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente o documento “instalação de Sistema de Saneamento do Lençol Freático, com relatórios, referente ao Posto Mário Matola. O Relatório do Técnico citado foi realizado em 02 de agosto de 2005, e o Auto de Infração lavrado em 8 de maio de 2006. Não existindo dúvidas sobre a boa fé e reparação imediatamente efetuada pela empresa, que não pode ser penalizada por agir corretamente, sem qualquer prévio aviso ou requerimento do órgão ambiental.

Assim, sendo seu direito e para fazer justiça, requer a serena análise dos integrantes desta Câmara, aos quais solicita a revisão da pena aplicada, como adiante pleiteia.



*Handwritten signature*

**REQUER:**

**PRELIMINARMENTE, que seja declarada prescrita a pretensão punitiva na forma da vigente legislação, como impõe o direito.**

E se não for este entendimento, também no mérito não pode prosperar, para o que REQUER.

1. Cancelamento da multa aplicada, com base nos pareceres técnico e jurídico, que não levaram em consideração as atenuantes a – b e d - e ainda não valorizaram a contratação da empresa técnica especializada Hastec – Tecnologia e Planejamento Ambiental, CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30, com fundamentos técnicos capazes de eliminar qualquer culpa da empresa;
2. Que seja levado em consideração o fato da empresa já ter sido penalizada em valor inestimável, com a paralisação das atividades e Distrato que ainda lhe ocasiona enormes prejuízos;
3. Que seja considerado o procedimento do Ministério Público, onde o Dr. Sérgio Soares da Silveira, Promotor de Justiça de Leopoldina, determinou o arquivamento do expediente<sup>8</sup>, que demonstra falta de elementos ensejadores de quaisquer punições à empresa recorrente.

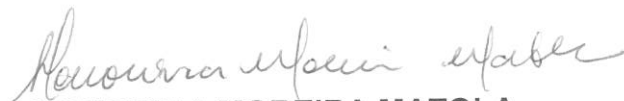
Por tudo que foi exposto, e mais o que dos autos consta, devem ser incentivadas as providências como as que foram adotadas pela empresa, posto que o objetivo primordial de toda a legislação pertinente não é apenas infratores, mas sim evitar que danos aconteçam e, em caso diverso, que sejam prontamente reparados e restaurado seja o ambiente no estado anterior ao dano. No caso em análise, foi o que aconteceu, posto que, sem coerção ou sugestão, apenas seguindo seu senso de responsabilidade, a recorrente agiu de imediato e não deixou quaisquer danos ao ambiente que o vazamento poluía, estando normalizado o local.



*Handwritten signature*

Por ser de direito e justiça, reitera o pedido de acatamento deste Recurso, bem como seja declarada isenta de qualquer punibilidade a empresa recorrente.

Pede deferimento.



**HONORINA MOREIRA MATOLA**  
**Sócia – Posto Mário Matola Ltda.**